

Efetivação de Escolhas Profissionais de Jovens Oriundos do Ensino Público: Um Olhar sobre suas Trajetórias.

Juliana Curzi Bastos¹

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora

RESUMO

Este trabalho objetivou investigar que fatores, relativos à trajetória educacional e profissional dos egressos do ensino médio público, foram determinantes para a efetivação ou não de suas escolhas profissionais. Para tanto, foram entrevistados dez egressos de duas escolas públicas, que concluíram o ensino médio no ano de 1997. As entrevistas foram submetidas à Análise de Conteúdo. As conclusões dessa pesquisa indicam que os determinantes socioeconômicos representam o principal obstáculo para a concretização das opções profissionais dos sujeitos. Nesse sentido, é preciso relativizar o termo “escolha profissional”, visto que os jovens pertencentes às classes subalternas, dentro de uma sociedade capitalista, possuem graus muito limitados de liberdade de escolha, pois sua condição de classe muitas vezes os leva a percorrer caminhos em que a necessidade supera a própria vontade.

Palavras-chave: escolha profissional; determinantes socioeconômicos; condição de classe.

ABSTRACT: Effectuation of the Professional Choices of the Students from the Public Education System: A View Concerning their Trajectories.

This paper aims to investigate which factors, related both to the educational and to the professional trajectories of the students from the public high schools, were decisive to the effectuation of their professional choices or not. In order to accomplish that, ten students from two public schools, which finished high school in 1997, were interviewed. The interviews were submitted to a Content Analysis. The conclusions of this research indicate

that the social-economical factors represent the main barrier to the concretization of the professional choices of the subjects. Hence, it is necessary to consider the term “professional choice” as a relative concept, for the young people pertaining to the less favored classes of the capitalist society. They are very limited in their choices because of their social condition, which, very often, forces them to choose paths in which the necessity overcomes the will.

Keywords: professional choice; social-economical factors; class condition.

RESUMEN: Efectividad de Elecciones Profesionales de Jóvenes Originarios de la Enseñanza Pública: Una Mirada Sobre sus Trayectorias.

Este trabajo tiene como objetivo investigar qué factores, relacionados a la trayectoria educacional y profesional de los egresados de la enseñanza media pública, han sido determinantes para la efectividad o no de sus elecciones profesionales. Para ello, han sido entrevistados diez egresados de dos escuelas públicas, que finalizaron la enseñanza media en el año 1997. Las entrevistas han sido sometidas al Análisis de Contenido. Las conclusiones de esta investigación indican que los determinantes socioeconómicos

¹ Endereço para correspondência: Rua dos Artistas, 120 / 409, Bairro Morro da Glória, 36035-130, Juiz de Fora, MG. Fone: (32) 3211 5976. E-mail: julianacurzi@yahoo.com.br

representan el principal obstáculo para la efectividad de las opciones profesionales de los sujetos. En este sentido, hay que ver lo relativo que es el término “elección profesional”, ya que los jóvenes que pertenecen a las clases subalternas, en una sociedad capitalista, tienen posibilidades muy limitadas de libertad de elección, pues su condición de clase a menudo los lleva a recorrer caminos en los que la necesidad supera los propios deseos.

Palabras claves: elección profesional; determinantes socioeconómicos; condición de clase.

Nas últimas décadas, o aumento da oferta de Ensino Médio público no Brasil tem feito com que milhares de jovens, que antes não tinham acesso a esse nível de ensino, tenham a oportunidade de cursá-lo. Esse fato poderia significar que o jovem brasileiro tenha hoje maiores chances de ingressar no mercado de trabalho em profissões que exijam maior qualificação, além de uma maior possibilidade de cursar o ensino superior. Isso poderia significar também uma maior probabilidade de efetivação de sua escolha profissional, via ingresso no curso de nível superior desejado, ou via atuação na profissão escolhida.

No entanto, entre a escolha profissional realizada e a efetivação da mesma, há um caminho repleto de fatores condicionantes que podem interferir na realização do curso ou da profissão desejada. Dessa forma, a escolha profissional do aluno do Ensino Médio público coloca-se como questão, visto que elementos como a necessidade de trabalhar, a falta de recursos para pagar um cursinho pré-vestibular ou uma faculdade, a impossibilidade de concorrer com igualdade com alunos oriundos de classes economicamente favorecidas, podem ter um peso decisivo na concretização de suas escolhas.

Vivendo numa sociedade capitalista que não oferece emprego para todos, que emprega profissionais qualificados em trabalhos não qualificados, que incentiva a competição individual para o ingresso na universidade e no mercado de trabalho, as reais chances de realização das escolhas dos alunos egressos do Ensino Médio público mostram-se bastante reduzidas. Assim, cabe a pergunta: o que significa “escolher” numa sociedade onde as oportunidades não são iguais para todos?

Coloca-se, então, um desafio para os orientadores profissionais que trabalham com os alunos do Ensino Médio público: saber quem é esse jovem, conhecer o mundo do trabalho na atual sociedade capitalista, entender o significado das reais possibilidades de escolha desse jovem e compreender que há algo muito maior que permeia e condiciona a efetivação das escolhas: a realidade socioeconômica. Essa

realidade não determina definitivamente o destino do jovem economicamente desfavorecido, mas certamente reduz a probabilidade de atingir suas metas, ou mesmo força a modificação de suas escolhas, negando-as ou adaptando-as para obter maiores chances de se inserir no ensino universitário ou no mundo do trabalho. Conhecer e compreender a trajetória dos egressos do Ensino Médio público foi o ponto de partida para a estruturação do tema da presente pesquisa, com a finalidade de verificar o que acontece nessa trajetória que resulta em situações de escolha ou não-escolha, sempre estabelecendo relações entre as escolhas (que aparentemente são individuais) e a totalidade representada pelo universo político, econômico e social no qual essas individualidades estão inseridas. Sendo assim, a realização desta pesquisa partiu do seguinte problema: quais fatores influenciam a trajetória educacional e profissional de egressos do Ensino Médio público?

A Orientação Profissional, historicamente, tem servido mais a alunos oriundos da escola particular (que possuem maiores possibilidades de escolha) do que aos da escola pública, visto que, para esses, outros fatores ligados à sua condição de classe interferem em suas trajetórias educacionais e profissionais. Esses fatores, muitas vezes, são desconhecidos pelos orientadores profissionais, que acabam por homogeneizar sua prática. Conhecer esses fatores se justifica pelo fato de poder oferecer subsídios para que os orientadores repensem sua atuação no atendimento desses alunos, percebendo os limites da Orientação Profissional e enfrentando os desafios que são colocados a essa prática.

Com o objetivo de examinar os fatores que influenciam a trajetória educacional e profissional de egressos do Ensino Médio público e relacionar esses fatores à efetivação (ou não) de suas escolhas profissionais, este trabalho investigou a trajetória educacional e ocupacional de um grupo de dez alunos egressos do Ensino Médio público do município de Juiz de Fora. Ao analisar essa trajetória, foram investigados os fa-

tores determinantes que levaram esses sujeitos a cursarem o ensino superior ou não, e a se inserir nas ocupações que atualmente realizam ou realizaram no período após a conclusão do Ensino Médio.

Como suporte teórico da presente pesquisa, foram utilizados os trabalhos de Ferretti (1988, 1997) e Pimenta (1981), autores que realizaram uma crítica à orientação profissional tradicional, procurando desvelar o caráter ideológico que tais trabalhos contêm. Recorreu-se, também, aos trabalhos de Bock (2002), Bock e Aguiar (1995) e Lisboa (2002), no sentido de incorporar uma proposta de orientação profissional mais crítica, já que esses autores defendem que a escolha profissional é resultado de um processo dialético influenciado por determinantes individuais e sociais. Já que as opções profissionais são entremeadas por determinantes sociais, foi preciso estudar sobre o mundo do trabalho atual e seus determinantes políticos e econômicos (Toledo & Neffa, 2001; Harvey, 1994), relacionando-os com os objetivos da educação atual. Para tal propósito, recorreu-se a autores como Kuenzer (2001), Deluiz (1995) e Frigotto (1995) que procuram desvelar os objetivos da educação como reprodutora das relações capitalistas, mas também como possibilidade de ser produtora de indivíduos críticos e conscientes. Por fim, foi preciso contextualizar esse novo cenário, observando-o na realidade dos jovens brasileiros. Autores como Pochmann (2000) e Cassab (2001) foram fundamentais para a compreensão do perfil do jovem brasileiro, principalmente o pertencente às classes subalternas.

Através da realização desta pesquisa, espera-se, modestamente, contribuir com o avanço da compreensão a respeito das possibilidades de escolha dos alunos egressos do ensino público, oferecendo subsídios para a realização de trabalhos de orientação profissional mais críticos e conscientes.

MÉTODO

Na presente investigação optou-se pela abordagem qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994), com a preocupação de compreender os significados, os conceitos que os sujeitos investigados têm a respeito de sua trajetória.

Para a escolha dos sujeitos, procurou-se entrar em contato com duas escolas públicas de Ensino Médio da cidade de Juiz de Fora, a fim de se ter acesso aos dados referentes aos alunos que concluíram o Ensino Médio no ano de 1997, ou seja, sete anos antes da realização desta pesquisa. A investigação desse percurso de sete anos deveu-se ao fato de que os sujeitos investigados já teriam condições de discorrer a respeito de sua inserção (ou não) num curso universitário, sua conclusão (ou não), e seu ingresso (ou não) no mercado de trabalho. Foram escolhidos, aleatoriamente, cinco egressos de cada escola, totalizando dez sujeitos investigados.

Caracterização dos Sujeitos

A Tabela 1 apresenta dados que caracterizam os sujeitos da pesquisa.

Tabela 1 - Caracterização dos sujeitos: idade/ sexo/ grau de escolaridade dos pais

Nome*	Idade	Sexo	Escolaridade Pai	Escolaridade Mãe
Adriana	26	F	Superior incompleto	Fundamental completo
Glauco	25	M	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto
Fabiano	25	M	Não soube responder	Fundamental incompleto
Leonardo	24	M	Fundamental Completo	Fundamental incompleto
Regina	24	F	Sem escolarização	Fundamental incompleto
Élcio	35	M	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto
Marcos	26	M	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto
Elisângela	24	F	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto
Valéria	26	F	Fundamental completo	Fundamental incompleto
Márcia	33	F	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto

* Para preservar a identidade dos entrevistados, foram colocados nomes fictícios.

Procedimento de Levantamento dos Dados

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (Laville & Dionne, 1999) através de um questionário previamente testado e avaliado (Bastos, 2005) com questões abertas, que procurou contemplar os pontos mais importantes das trajetórias ocupacionais e educacionais dos egressos. O roteiro de entrevista estruturou-se a partir de seis temáticas: 1- Dados demográficos: idade, grau de escolaridade dos pais e ano de ingresso no Ensino Médio (EM). 2- Trajetória durante a realização do Ensino Médio: procurou-se investigar o que faziam os sujeitos da pesquisa enquanto ainda eram estudantes do EM, tanto em relação à sua vida acadêmica, quanto profissional. 3- Escolha profissional: aqui, procurou-se investigar questões relativas à escolha profissional que os sujeitos realizaram logo após terem concluído o EM, tais como os fatores que influenciaram essa escolha, mudança de opção e realização de Orientação Profissional. 4- Trajetória educacional pós-Ensino Médio: foram investigadas questões relativas ao prosseguimento dos estudos após a conclusão do EM, os fatores que influenciaram neste prosseguimento ou no não-prosseguimento, a efetivação ou não das escolhas realizadas (em termos de ensino superior), além da realização de outros cursos de qualificação profissional. 5- Trajetória profissional pós-Ensino Médio: a realização de trabalho, o desemprego e a efetivação ou não das escolhas realizadas em termos do tipo de trabalho que gostariam de realizar, são questões investigadas neste item. 6- Concepções sobre sua própria trajetória: procurou-se investigar a percepção que os sujeitos têm a respeito de sua trajetória passada, presente e futura, tanto em relação ao aspecto educacional quanto profissional, procurando analisar a que estes sujeitos atribuem a sua condição atual e o que consideram necessário para obterem condição de vida melhor. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos sujeitos e, posteriormente, transcritas para a realização da análise dos dados.

Procedimento de Análise dos Dados

Para a análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo (Bardin, 1979), do tipo “Temática-Estrutural”, que seria uma categorização e contagem

de frequência de certos conteúdos que aparecem na comunicação. A análise de conteúdo passou por duas fases. Primeiramente, foi efetuada a análise vertical, onde foram focalizados os trechos significativos das entrevistas de cada um dos entrevistados, para, em seguida, proceder à categorização dos relatos. A partir disso, foi realizada a análise horizontal das entrevistas, avaliando a tendência geral dos egressos a respeito de cada temática estudada, ou seja, foi feita uma análise de frequência. A partir daí, passou-se à interpretação dos resultados.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Trajetória Durante a Realização do Ensino Médio

O primeiro objeto desta análise trata da trajetória dos entrevistados durante a realização do Ensino Médio (EM). Com relação ao turno em que frequentaram o EM, dos dez entrevistados, apenas um realizou EM diurno, alegando melhor qualidade de ensino. Com relação aos demais, já não podemos inferir que houve escolha do turno. A escola Alfa só oferecia Ensino Médio noturno e os outros egressos da escola Beta trabalhavam durante o horário diurno. Segundo dados do PNE (2005), a realização do Ensino Médio no turno da noite muitas vezes indica um ingresso adiantado no mercado de trabalho por parte dos jovens brasileiros.

A maioria dos entrevistados trabalhava enquanto realizava o EM, e a razão mais citada foi a necessidade de trabalhar para auxiliar nas despesas de casa e para a própria sobrevivência. Aqui, novamente se nota que a escolha não fez parte de suas trajetórias, pois a decisão de trabalhar não ocorreu por opção, mas sim por necessidade financeira. Dos alunos trabalhadores, apenas um trabalhava por conta própria e o restante possuía emprego formal, embora em funções que exigiam pouca qualificação, como empregada doméstica, balconista, *office boy*, etc. Interessante notar que, enquanto eram alunos do EM, essas funções desempenhadas eram, de certa forma, condizentes com seu grau de escolaridade. No entanto, após terem completado o EM pouca coisa mudou em relação ao tipo de função desempenhada. Assim, um grau de escolarização mais elevado não lhes proporcionou ascensão social.

Quando perguntados sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM, a maioria dos entrevistados considerou que a escola não ofereceu preparação, alegando principalmente a baixa qualidade do ensino público. O depoimento de Regina ilustra bem esta questão: “Eu inclusive não fiz o vestibular, crendo que eu precisaria de um cursinho complementar, e como a escola, eu achava que a base era pouca, eu nem tentei o vestibular por não ter condições financeiras de poder pagar o curso”. Se a escola de EM, que é, para muitos alunos, a única oportunidade de estudarem os conteúdos do vestibular, não estiver oferecendo esta preparação, a desvantagem entre esses alunos e aqueles que têm a possibilidade de pagar um cursinho, se torna gritante. Aqui cabe uma discussão sobre os verdadeiros objetivos do EM. Se a legislação educacional prega como objetivo do atual EM oferecer uma educação geral de qualidade, pode-se concluir que, ou o conteúdo do vestibular está além dessa educação geral, ou as escolas não estão de fato cumprindo seu objetivo. Se possuir uma educação geral de qualidade é pré-requisito para o prosseguimento dos estudos, as escolas que não oferecem esse ensino já estão excluindo aqueles alunos que não têm condições financeiras de arcar com uma preparação paga. A condição de classe, aqui, é determinante, pois os alunos que têm condições de arcar com uma preparação extra à dada pelas escolas de EM certamente estarão em grande vantagem perante aqueles que só contam com a preparação oferecida pela escola. Onde entra, então, a possibilidade de escolha desses alunos?

Kuenzer (2000) aponta que o EM não pode se eximir de trabalhar com essa realidade que se apresenta: um imenso contingente de jovens que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais. Nesse quadro, a autora sugere que se formulem diretrizes que priorizem uma formação científico-tecnológica e sócio-histórica para todos, no sentido da construção de uma igualdade que não está dada no ponto de partida e que, por esta mesma razão, exige mediações diferenciadas no próprio EM para atender às demandas de uma população diferenciada e desigual. Para a autora, é preciso que todos desfrutem igualmente das mesmas

condições de acesso aos bens materiais e culturais socialmente produzidos. Ou seja,

... uma sociedade na qual os jovens possam exercer o *direito à diferença*, sem que isso se constitua em *desigualdade*, de tal modo que as escolhas por determinada trajetória educacional e profissional não seja socialmente determinada pela origem de classe. (...) Isso exigiria que, potencialmente, existisse trabalho digno e oportunidades educacionais para todos em todos os níveis. (Kuenzer, 2000, p. 35-36, grifos da autora)

Os entrevistados da presente pesquisa indicaram, como principais razões para a realização do EM na respectiva escola, a falta de recursos financeiros para pagar uma escola particular (reconhecendo, assim, que o ensino da escola particular é, muitas vezes, melhor do que o da escola pública) e a proximidade da residência, alegando que, assim, não teriam gastos, nem mesmo com o transporte. Portanto, não se pode dizer que esses alunos escolheram a escola em que estudaram. Simplesmente aceitaram estudar naquela onde era possível.

Escolha Profissional

Ao ser discutido o tema da escolha profissional, alguns fatores precisam ser apontados. Nenhuma das escolas pesquisadas ofereceu nenhum tipo de Orientação Profissional (OP). A prática de OP nas escolas poderia auxiliar os alunos a refletir sobre seu futuro profissional, propiciando um espaço de discussão a respeito do trabalho, preparando o aluno para uma inserção, consciente e crítica no mundo do trabalho. A ausência desse tipo de discussão dentro da escola pode fazer com que seus alunos saiam despreparados para a construção de estratégias que lhes permitam enfrentar criticamente as dificuldades e buscar novos caminhos na concretização de seus projetos de vida. Refletir sobre o mundo das profissões, conforme aponta Whitaker (1998), implica fornecer ao jovem não só o verdadeiro conteúdo das profissões, mas também discutir a maneira como elas se articulam ao modo de produção e ao momento histórico que o país atravessa.

Todas as escolhas profissionais realizadas pelos entrevistados diziam respeito à realização de um curso superior: Administração de Empresas, Medicina, Informática, História, Matemática, Psicologia. Entretanto, apenas uma se concretizou: Adriana faz Administração de Empresas em uma faculdade particular. Para os outros, a realização de um curso superior é ainda um sonho distante, visto que, a partir da opção realizada, vários foram os determinantes que desviaram o sonho de sua concretização, determinantes esses que serão discutidos no decorrer desta análise.

As razões alegadas para as escolhas realizadas se pautaram, em sua maioria, no aspecto mais estereotipado das profissões. “É uma profissão bastante edificante no lado humano” (Regina). “A matemática era a matéria que eu tinha mais facilidade de assimilar e também porque eu tinha uma boa relação com o professor” (Marcos). “Eu gosto de poder ouvir as pessoas, de poder estar do lado delas, ajudar elas” (Elisângela). Apesar das escolhas terem sido feitas, em sua maioria, pela questão da identificação pessoal – o que é muito necessário e desejável – pouco se falou a respeito das reais condições de trabalho desses profissionais, da questão do mercado de trabalho e das reais possibilidades de efetivação dessas escolhas. A OP, se realizada nas escolas com a proposta de discutir o mundo do trabalho, poderia ser uma das tentativas de conscientizar esses jovens a respeito dos estereótipos e falsas informações sobre as profissões. No entanto, da forma como vem sendo realizada, a OP torna-se um “luxo” das classes mais favorecidas, que ocuparão de fato os postos de trabalho mais elevados na sociedade, em termos de *status* e de rendimentos.

Ao investigar se houve mudança de opção com relação à primeira escolha profissional realizada, quatro dos entrevistados responderam que sim. Todos se referiram à mudança de opção como uma forma de ter maiores chances de inserção na universidade. Todas as mudanças ocorreram de um curso mais concorrido no vestibular para um curso menos concorrido, demonstrando, assim, que as escolhas realizadas através da identificação pessoal tiveram que ser forçosamente substituídas por outros cursos de mais fácil acesso, para que pudessem, pelo menos, ter a oportunidade de cursar ensino superior.

Ainda assim, nenhum deles conseguiu passar no vestibular. Assim, pode-se inferir, para o caso dos entrevistados dessa pesquisa, que a escolha profissional não se efetivou, já que vários determinantes, entre eles o que aqui se considera o mais importante, que é a questão econômica, impediram a concretização de sonhos. Onde se insere, então, a escolha profissional? Qual dos entrevistados teve realmente a possibilidade de realizar uma escolha? Bock (1986), ao tratar da questão da possibilidade de escolha, aponta para o fato de que existem determinantes econômicos e sociais poderosos, que acabam levando o indivíduo por determinados caminhos, sem que ele tenha grandes condições de interferir nisso. “A maioria da população brasileira não escolhe sua profissão, na medida em que a questão fundamental é a busca da sobrevivência física, e a questão de uma possível realização pessoal não se coloca”. (Bock, 1986, p. 174). No entanto, o autor reconhece que, mesmo limitada, existe uma certa possibilidade de escolha, já que o homem é, por um lado, determinado pela estrutura social e, por outro, ele também determina esta mesma estrutura. Ao apresentar a visão sócio-histórica da OP, Bock (2002) discute a questão da liberdade de escolha:

De acordo com a classe social de origem do indivíduo, ele tem mais ou menos liberdade para decidir, porém sempre será multideterminada. Assim, para as pessoas das classes mais privilegiadas, há determinação social; portanto não se trata de liberdade absoluta. Da mesma forma, para os indivíduos das classes subalternas, há possibilidade de intervenção sobre sua trajetória; portanto não há determinação social absoluta. Na perspectiva sócio-histórica, não se reconhece como meramente ideológica a possibilidade de escolha das classes subalternas. Ao contrário, entende-se que nisso reside a possibilidade de mudança, de alteração histórica, ao reconhecer que os indivíduos podem, de certo modo, intervir sobre as condições sociais, por meio de ações pessoais ou coletivas. (Bock, 2002, p. 69)

As “escolhas” realizadas pelos entrevistados dessa pesquisa, de fato, foram extremamente limitadas, mas, de certa forma, pode-se perceber que todos agiram no sentido da conquista de suas escolhas, mesmo que muitas delas não tenham sido concretizadas. A maioria deles não desistiu de seus projetos e essa escolha pode, ainda, vir a ser efetivada.

Trajatória Educacional Pós-Ensino Médio

Analisando a trajetória educacional dos egressos após a conclusão do EM, verificou-se que metade dos entrevistados realizou cursinho pré-vestibular. O motivo mais alegado para tal foi a falta de preparação oferecida pela escola de EM. A outra metade que não realizou cursinho, não alegou falta de vontade de fazer curso superior, mas, sim, a falta de condição financeira para arcar com os custos de um cursinho. Portanto, todos os entrevistados tinham o desejo de ingressar no ensino superior, mas a sua condição de classe mais uma vez foi determinante para que esse desejo não se cumprisse. Assim, percebe-se que a escola de EM não tem oferecido preparação para o ingresso em um curso superior, o que é um contra-senso, visto que, segundo a LDB 9394/96 (Souza & Silva, 1997), um dos objetivos do EM é o de possibilitar o prosseguimento dos estudos (art. 35). Obviamente, os alunos do ensino privado também recorrem a esta preparação extra oferecida pelos cursinhos, o que sugere que as escolas de EM, em geral, não têm cumprido sua função estipulada pela legislação educacional. No entanto, esses alunos acabam levando vantagem em relação aos alunos do ensino público: primeiro porque muitas das escolas particulares oferecem o que se chama de Ensino Médio integrado (EM concomitante ao cursinho). Isso não acontece nas escolas públicas. Em segundo lugar, porque grande parte das famílias desses alunos têm condição financeira de arcar com os custos de um cursinho pré-vestibular e, mesmo que o filho não consiga passar no vestibular na sua primeira tentativa, ainda podem continuar arcando com esses custos nos anos subsequentes, o que é muito raro de acontecer com alunos de baixa renda. Enquanto não houver uma verdadeira reestruturação do ensino público, desde as suas bases, oferecendo realmente aos alunos de baixa renda um

ensino de qualidade, estes terão poucas chances de competir com os alunos melhor preparados. E serão estes que estarão ocupando as vagas das universidades públicas que, na verdade, deveriam ser oferecidas para todos, através da igualdade de oportunidades. No entanto, devido às desiguais condições de competição, os mais pobres encontram-se em franca desvantagem na competição por vagas nas instituições públicas. E o resultado disso continua o mesmo: exclusão, para aqueles a quem a falta de oportunidades já os fez excluídos.

Metade dos entrevistados não realizou exame vestibular. A principal causa apontada foi a falta de preparo, seguida da falta de condição financeira de pagar um cursinho, o que também reflete a falta de preparo. Da outra metade que realizou exame vestibular, apenas dois conseguiram aprovação. Adriana está atualmente cursando Administração de Empresas em uma faculdade particular e Leonardo foi aprovado para o curso de Física da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mas abandonou o curso por falta de afinidade com a área de atuação, já que o principal motivo de sua escolha pelo curso foi o fato de ser o menos concorrido da Federal. Os entrevistados que foram reprovados apontaram duas causas principais para a reprovação. A primeira diz respeito à grande concorrência existente para ingressar nos cursos da UFJF (o que mais uma vez remete à questão da preparação, visto que só os mais bem preparados conseguem as tão almejadas vagas). Whitaker (1998) chama a atenção para o fato de que o vestibular, hoje, é uma barreira bastante rígida que serve para distribuir os privilegiados, já selecionados pelas escolas de ensino fundamental e médio. A segunda causa apontada foi a falta de dedicação pessoal. Torna-se importantíssimo discutir este último item, visto que os jovens têm atribuído a si próprios a culpa pelo seu fracasso, apesar de estarem inseridos num modelo capitalista excludente que faz com que os membros de sua classe tenham poucas oportunidades de alcançarem o sucesso. Em nenhum momento eles questionam esse modelo e sua perversidade na seleção dos “mais aptos”, “mais bem preparados”, “mais adequados”. Se por um lado eles percebem que só os “melhores” obtêm êxito, por outro, eles não se incluem nessa categoria. E por

quê? Porque a sociedade capitalista em que vivem lembra-lhes a todo momento que o indivíduo é o responsável pela sua própria trajetória, eximindo-se, assim, de sua responsabilidade nesse processo. Ferretti (1997), ao apontar os axiomas básicos do liberalismo – individualismo, liberdade e igualdade – afirma que esses princípios levam o indivíduo erroneamente a crer que seu sucesso ou fracasso dependem somente de sua dedicação pessoal. O princípio do individualismo prega que os indivíduos têm atributos diferentes e que cabe a eles desenvolvê-los. Se o indivíduo desenvolve-se ou não, a responsabilidade é exclusivamente dele. Assim,

(...) o individualismo não só admite como justifica as desigualdades sociais, uma vez que se todos os indivíduos não possuem as mesmas aptidões, e se todos não as desenvolvem igualmente ou no mesmo ritmo, nada mais natural que alguns ocupem posições mais baixas que outros na estrutura social. (Ferretti, 1997, p. 32)

O princípio da liberdade presume que um indivíduo seja tão livre quanto outro para atingir uma posição social vantajosa, e tenha total liberdade para escolher dentre as opções que a sociedade oferece. E o princípio da igualdade pressupõe que todas as pessoas têm iguais oportunidades, perante a lei, de conseguir seu progresso pessoal. Com esses princípios, a ideologia liberal passa para os indivíduos uma noção de que estão vivendo numa sociedade plenamente democrática, visto que, segundo essa concepção, todos têm igualdade perante as oportunidades educacionais e liberdade de optarem pelos caminhos que desejarem. Assim, não existiriam barreiras objetivas ao progresso individual.

Todavia, o exame da nossa realidade concreta mostrará facilmente que as oportunidades de usufruir das agências educacionais e seus serviços são desiguais em termos de quantidade e qualidade; a educação escolar está estruturada de modo a premiar as habilidades e competências cujo desenvolvimento depende de condições

objetivas que não prevalecem para os indivíduos das classes subalternas; a permanência ou não na escola, a partir da capacidade de aprender, é mais efeito do que causa da posição que o indivíduo ocupa na sociedade. (Ferretti, 1997, p. 37)

Imerso numa sociedade onde predomina a ideologia liberal com sua falsa aparência de democracia, o jovem oriundo dos segmentos socioeconômicos mais baixos acaba por se responsabilizar exclusivamente pelo seu destino e se culpabilizar pela não superação dos obstáculos, visto que, segundo essa ideologia, o mérito ou demérito de cada um constitui o critério básico de mobilidade social.

Diante deste cenário, que mostra a necessidade de cada indivíduo se responsabilizar pela sua trajetória, de ter empregabilidade e competitividade no mercado de trabalho, os entrevistados desta pesquisa se mostraram bastante atuantes. Todos eles realizaram, além do ensino básico regular, outros cursos de qualificação profissional. A alegação para a realização de tais cursos girou em torno da inserção e manutenção no mercado de trabalho. Houve uma grande variedade nas respostas com relação aos cursos realizados: música, vendas, eletrônica, datilografia, etc. No entanto, é interessante notar que dos dez entrevistados, nove realizaram curso na área da informática. A revolução microeletrônica e tecnológica pela qual a sociedade capitalista passa, praticamente “obriga” a todos que querem se inserir no mercado de trabalho que tenham conhecimentos de informática. O computador está presente, hoje, desde os trabalhos mais simples até os mais complexos, e quem não possui tais conhecimentos terá que enfrentar o desafio que Pochmann (2000) chama de analfabetismo das inovações tecnológicas.

Trajecória Profissional Pós-Ensino Médio

Com relação ao tema 4 da presente pesquisa, verificou-se que, atualmente, seis entrevistados estão trabalhando e quatro estão desempregados. Dos egressos que trabalham atualmente, é possível observar que quase todos estão exercendo funções que estão abaixo do seu nível de escolaridade: marceneiro, balconista, recepcionista, professor particular

de teclado – o que não exige escolarização formal – e sócio de uma loja de manutenção de computador, cujos conhecimentos, o próprio entrevistado admite, foram adquiridos por conta própria. Portanto, fazendo uma comparação com os trabalhos que realizavam durante o EM e os que realizam hoje, não é possível dizer que o aumento de sua escolarização serviu para que pudessem trabalhar em serviços que exigem maior qualificação e que, portanto, seriam mais bem remunerados.

É importante lembrar que esses jovens realizaram o EM na década de 90, época em que houve uma estagnação da economia com a conseqüente redução da oferta de empregos, o que fez com que eles tivessem que se sujeitar a qualquer emprego que surgisse. O impacto das políticas econômicas dos anos 90 se faz presente até os dias de hoje, como nos mostram as altas taxas de desemprego, principalmente entre os jovens brasileiros. Os entrevistados desempregados foram categóricos em afirmar a dificuldade em conseguir emprego, embora tenham experiência e escolaridade. Os que estão empregados se encontram, em sua maioria, em trabalhos mal remunerados.

Concepções Sobre sua Própria Trajetória

Quando perguntados se estão satisfeitos com o trabalho atual, os poucos que se disseram satisfeitos alegaram que sua satisfação advém simplesmente do fato de estarem empregados, como evidencia a entrevistada Márcia: “Graças a Deus que eu estou trabalhando, né? Porque a gente sabe que está muito difícil emprego, né? Mas devido às minhas necessidades do momento, prá mim tá bom”. É possível, assim, verificar que a satisfação está muito mais voltada para o fato de se ter um emprego, do que com a função realizada. Entretanto, a maioria respondeu que gostaria de estar trabalhando em algo diferente. Mais uma vez, retoma-se a questão da escolha. Dos seis entrevistados que gostariam de realizar outro tipo de trabalho, quatro alegaram gosto pessoal por outra área, ou seja, se pudessem realmente escolher, certamente estariam trabalhando em outra função.

Será analisada, agora, a concepção que os entrevistados têm sobre a importância de realização de um curso superior. As respostas ficaram bem di-

vididas. Cinco entrevistados responderam que consideram fundamental, quatro não consideram fundamental e um outro disse que, por um lado acha que é fundamental por causa da exigência do mercado de trabalho, mas por outro lado, considera que o conhecimento adquirido na prática é mais importante do que o conhecimento teórico adquirido num curso superior. Todos os entrevistados que consideram que a realização do curso superior é fundamental, justificaram sua resposta baseados no mercado de trabalho: oferece maiores oportunidades de trabalho e exigência do mercado de trabalho, foram as justificativas mais apontadas. A fala de dois entrevistados representa bem a opinião desse grupo: “Hoje em dia, quando você vai procurar um emprego, a primeira coisa que eles vêem é o ensino superior, porque antigamente era o ensino médio. Hoje em dia, não. É essencial você ter um ensino superior prá poder suprir esse mercado que está com uma exigência muito grande” (Marcos). “Hoje tudo tá pedindo. Às vezes você nem precisa exercer aquele curso que você fez, porque a gente vê que tem muita gente que fez curso superior e não exerce. Mas eu acho que o fato de você ter diploma, as portas se abrem mais prá você” (Márcia).

A concepção de que a realização de um curso superior é fundamental para a obtenção de melhores empregos advém de suas próprias percepções a respeito da inserção no mercado de trabalho. As altas taxas de desemprego que assolam o país fazem com que as exigências de qualificação sejam cada vez mais altas e, portanto, quanto mais qualificado o indivíduo for, maiores serão suas chances nesse mercado tão concorrido. No entanto, a própria questão do desemprego também faz com que alguns entrevistados não considerem fundamental a realização de um curso superior. Contraditório? Talvez não. A percepção de alguns entrevistados de que muitos profissionais de nível superior estão desempregados faz com que eles suponham que a realização de um curso superior não seja fundamental: “Hoje em dia, o mercado de trabalho está muito apertado, prá quem tem curso superior e prá quem não tem. Então um curso superior não quer dizer que você vai ter realização no mercado de trabalho” (Fabiano). Fundamental ou não, o fato é que a discussão em torno

da realização de um curso superior girou sempre em torno da questão da inserção profissional, o que é essencial para todas as pessoas, principalmente para aquelas a quem impera a necessidade de trabalhar por questão de sobrevivência.

Ao serem perguntados sobre os fatores que consideram necessários para a obtenção de ascensão educacional e profissional, as respostas foram bastante variadas: qualidade do ensino básico e dos professores, preparo para o vestibular, fazer o que gosta, etc. Mas, a maioria dos entrevistados colocou em si próprio a responsabilidade pela sua ascensão educacional e profissional. Qualificação pessoal e Esforço pessoal foram as respostas mais ouvidas. Percebe-se, assim, que o discurso liberal meritocrático é incorporado pelas pessoas como se fosse algo natural e não uma produção histórica que tem por finalidade maior servir aos interesses do capital. Esses resultados são semelhantes aos encontrados por Ferretti (1988) em sua pesquisa sobre trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas. Segundo o autor, seus entrevistados têm, em relação à ascensão ocupacional, uma concepção marcada pelas crenças liberais burguesas. De um lado, o projeto de ascensão é sempre individual, e não um projeto de classe. Por outro lado, é um projeto que se assenta na crença em uma sociedade aberta e igualitária. Se a sociedade é considerada aberta, permitindo a ascensão, e se os projetos são individuais, então a ascensão real é apenas fruto do esforço pessoal que cada um deve realizar. Assim, os indivíduos incorporam, a nível ideológico, os preceitos liberais-burgueses associados ao trabalho livre e pautam por eles sua trajetória educacional e profissional. Entretanto, nos discursos dos entrevistados da presente pesquisa, é possível observar, ainda que diluída e pouco precisa, uma certa percepção de que o sucesso, para ser alcançado, depende de fatores outros que não estão diretamente sob sua responsabilidade: condição financeira favorável, investimento do governo, informação profissional e oportunidade foram algumas categorias citadas. Ainda não se percebe um questionamento mais amplo sobre o tipo de sociedade em que vivem e suas consequências sobre suas vidas, mas pode-se verificar que não são sujeitos passivos que aceitam de maneira acrítica as condições em que vivem.

Para finalizar, foi perguntado aos egressos se acham que o fato de terem feito EM em escola pública influenciou a sua trajetória. Três deles consideram que este fato influenciou negativamente, apontando a falta de qualidade do ensino público. Os outros consideram que o fato de terem estudado em escola pública não fez diferença na sua trajetória, alegando, principalmente, que a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso não é da escola onde se estuda, mas é pessoal. A fala de duas entrevistadas é muito significativa nesse sentido: “Não só por ser um curso do ensino público, porque se eu tivesse me esforçado como eu já vi pessoas que se esforçaram, eu tenho que reconhecer isso, talvez eu teria conseguido, sabe?” (Regina). “Eu acho que a partir do momento em que você tem um objetivo, você tem que correr atrás daquilo e, com certeza, não é porque você estudou numa escola pública que você vai ser menos do que o que estudou numa escola particular. É correr atrás que, com certeza, você consegue. O indivíduo, com certeza, é prioridade. Ele tem que correr atrás mesmo, senão fica complicado. De repente, eu poderia ter estudado numa escola particular e estar do mesmo jeito que eu estou hoje. A pessoa tem que correr atrás, senão não tem jeito, mesmo com escola particular” (Elisângela). Mais uma vez percebe-se que os entrevistados têm a tendência em colocar exclusivamente sobre si próprios a responsabilidade pela sua trajetória. Embora alguns ainda apontem que, se a escola possuísse mais qualidade, sua trajetória poderia ter sido diferente, a maioria ainda sente que poderia ter feito mais no sentido de obter sucesso educacional e profissional, mesmo sabendo que o contexto em que vivem é extremamente desfavorável no oferecimento de oportunidades para que concorram em pé de igualdade com os mais favorecidos economicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados nesta pesquisa tornaram possível observar que a escolha do jovem se dá a partir de um contexto social, econômico e político específico, de um círculo espacial e temporal determinado, historicamente construído, de estruturas e conjunturas peculiares. Em determinados contextos desfavoráveis, aquilo que o orientador profissional

interpreta como “escolha” ou “opção” do indivíduo pode, na realidade, ser uma falta de opção, uma reação àquilo que é imposto pela conjuntura econômica e pela estrutura sócio-política.

Como foi possível observar através da análise das trajetórias dos egressos do EM público, a necessidade de sobrevivência determinou várias de suas ações. Portanto, a questão da escolha, nesses casos, foi extremamente limitada por questões bem mais abrangentes, como a realidade socioeconômica, com pouquíssimo espaço para a efetivação de fatores subjetivos, como o gosto pessoal ou o desejo de realizar determinado curso ou profissão.

Ainda durante a realização do EM, foram poucas as oportunidades de escolha. O trabalho, na maior parte dos casos, foi realizado por imposição da necessidade de sobrevivência. A preparação dada pela escola de EM que lhes foi possível cursar (e não que escolheram cursar) ficou aquém das exigências para o prosseguimento dos estudos. A falta de recursos financeiros impediu a maioria de complementar essa preparação.

A escolha profissional dos entrevistados se mostrou drasticamente restrita. A impossibilidade de participar de um programa de OP que lhes desse oportunidade de discutir a questão da inserção produtiva numa sociedade capitalista restringiu as chances de analisar mais criticamente suas “escolhas” profissionais. Estas foram realizadas, muitas vezes, baseadas numa visão estereotipada das profissões. Houve, posteriormente, algumas mudanças de opção, mais no sentido de uma maior facilidade de ingresso em um curso superior do que no real desejo de realizar o curso “escolhido”, o que permite concluir que as opções profissionais foram realizadas muito mais em função das condições estruturais, como o pertencimento às classes subalternas e a conseqüente falta de oportunidades reais, do que do desejo de realizar uma profissão específica.

Em relação à trajetória educacional pós-Ensino Médio, poucas foram as expectativas que se concretizaram. A condição de classe, nesses casos, se não foi totalmente determinante, foi a causa principal dessa não concretização das escolhas. Mal preparados para ultrapassar a difícil barreira do vestibular, o ingresso em um curso superior foi privilégio de poucos. No entanto, a maioria dos egressos se res-

ponsabiliza individualmente por não ter obtido ascensão educacional. Ao incorporarem o discurso ideológico liberal do individualismo, deixam de perceber os fatores macro que condicionam as suas escolhas. Mas, mesmo que muitos culpem a si mesmos pela falta de esforço pessoal, foi possível notar que todos lutaram para alcançar seus objetivos. Tentativas diversas de aprovação no vestibular, conciliação do trabalho com os estudos, procura de empregos melhores, realização de cursos de qualificação profissional, são apenas alguns exemplos de que esses egressos, de fato, tentaram obter ascensão educacional e profissional. Embora as determinações econômicas tenham estabelecido severos limites às trajetórias dos entrevistados, pôde-se notar que um certo grau de escolha, dentro das reduzidas possibilidades de que dispunham, foi relativamente alcançado.

A trajetória profissional pós-EM também foi marcada por situações de não escolha. Alguns estão desempregados e com dificuldade de se reinserirem no mercado de trabalho. Os que estão empregados se encontram, em sua maioria, em trabalhos mal remunerados e gostariam de estar trabalhando em algo diferente. Portanto, não se pode afirmar que os entrevistados realizaram verdadeiras escolhas profissionais, mas optaram dentre as alternativas que lhes eram possíveis.

A análise a respeito das concepções dos entrevistados sobre a sua própria trajetória indicou que eles mantinham percepções bastante limitadas a respeito dos fatores que influenciaram suas trajetórias, porque elas foram formuladas a partir de informações não inseridas num contexto explicativo mais amplo. Novamente as atribuições individualistas ao fracasso ou ao sucesso foram predominantes. Mas, como as características individuais raramente são responsáveis absolutas pelo ascenso ou descenso profissional numa sociedade capitalista, os fatores macro – políticos, sociais e econômicos – continuarão sendo determinantes das trajetórias dos sujeitos, principalmente aqueles pertencentes às classes subalternas, para os quais o termo “escolha” deve ser sempre relativizado.

Nessa trajetória marcada por situações de escolha e não-escolha, as maiores determinações foram, de fato, aquelas representadas pela condição

socioeconômica, que impediu que vários projetos se efetivassem. Se é fato que as trajetórias educacionais e profissionais são, em grande parte, socialmente determinadas pela origem de classe, elas não podem, portanto, ser tomadas unicamente como resultados de escolhas subjetivamente realizadas de acordo com projetos de vida. O orientador profissional comprometido com os ideais de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária não pode perder de vista essas determinações, que muitas vezes limitam de tal modo o grau de liberdade do indi-

víduo, que as suas reais possibilidades de escolha se tornam quase nulas. Conhecer o mundo do trabalho, a realidade social, política e econômica em que os orientandos estão inseridos e compreender que a escolha profissional possui graus de liberdade e que, portanto, não é o indivíduo o único responsável por sua trajetória, é extremamente necessário para que o orientador profissional construa sua prática com um sentido de reflexão e conscientização a respeito dos determinantes das inserções ocupacionais de seus orientandos.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1979) *Análise de Conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70/Livraria Martins Fontes. (Original publicado em 1977).
- Bastos, J. C. (2005). *Trajatória de egressos do ensino médio público do município de Juiz de Fora: A questão da escolha profissional*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG.
- Bock, A. M. B. & Aguiar, W. M. J. (1995). Por Uma prática Promotora de Saúde em Orientação Vocacional. Em A. M. B. Bock, Amaral, C. M.M. & Silva, F.F. *A Escolha Profissional em Questão*. (pp. 9 – 22). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bock, S. D. (1986). Trabalho e Profissão. Em Conselho Regional de Psicologia/06 & Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (Orgs.), *Psicologia no Ensino de 2º grau: Uma proposta emancipadora*. (pp. 171-180). São Paulo: Edicon.
- Bock, S. D. (2002). *Orientação Profissional: A Abordagem Sócio-Histórica*. São Paulo: Cortez.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Cassab, M. A. T. (2001). *Jovens Pobres e o Futuro: A Construção da Subjetividade na Instabilidade e na Incerteza*. Niterói: Intertexto.
- Deluiz, N. (1995). *Formação do Trabalhador: Produtividade e Cidadania*. Rio de Janeiro: Shape.
- Ferretti, C. J. (1988). *Opção Trabalho: Trajetórias ocupacionais de Trabalhadores de Classes Subalternas*. São Paulo: Cortez.
- Ferretti, C. J. (1997). *Uma Nova Proposta de Orientação Profissional* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Frigotto, G. (1995). *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez.
- Harvey, D. (1994). *Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança social* (4ª ed.). São Paulo: Loyola.
- Kuenzer, A. Z. (Org). (2000). *Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A Construção do Saber: Manual de Metodologia de Pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Lisboa, M. D. (2002). Orientação Profissional e Mundo do Trabalho: Reflexões Sobre uma Nova Proposta Frente a um Novo Cenário. Em R.S. Levenfus & D.H.P. Soares, *Orientação Vocacional Ocupacional: Novos Achados Teóricos, Técnicos e Instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa*. (pp. 33-49). Porto Alegre: Artmed.
- Pimenta, S. G. (1981). *Orientação Vocacional e Decisão: Estudo Crítico da Situação no Brasil*. São Paulo: Loyola.

- PNE. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/acs/pdf/pne>. Acesso em 16/03/05.
- Pochmann, M. (2000). *A Batalha pelo Primeiro Emprego*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Souza, P. N. P., & Silva, E. B. da. (1997). *Como Entender e Aplicar a Nova LDB*. São Paulo: Pioneira.
- Toledo, E. D. G. & Neffa, J. C. (Orgs). (2001). *El Futuro del Trabajo, El Trabajo del Futuro*. Buenos Aires: Clacso.
- Whitaker, D. (1998). *Escolha da Carreira e Globalização*. São Paulo: Moderna.

Recebido: 22/07/05

1ª revisão: 01/12/05

Aceite Final: 08/12/05

Sobre a autora

Juliana Curzi Bastos é Psicóloga, Psicopedagoga, Mestre em Educação, orientadora/supervisora do projeto de Orientação Profissional do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora e professora na Universidade Salgado de Oliveira.